

Âncora limita alta do gasto a 70% da receita e prevê contas no azul em 2025

Política fiscal No lugar do teto de gastos

Âncora limita alta de gastos a 70% da receita e prevê contas no azul em 2025

— Texto endossado por Lula prevê 'gatilho' de ajuste quando não atingido o previsto; em busca de aprovação, Haddad apresentou projeto a Lira e hoje se reúne com Pacheco

ADRIANA FERNANDES
BRASILIA

O projeto de nova âncora fiscal que será apresentado pela equipe econômica prevê zerar o rombo das contas públicas a partir do próximo ano e limitar o crescimento das despesas a 70% do avanço das receitas do governo. Não está prevista nenhuma exceção à nova norma, que, se aprovada pelo Congresso, vai substituir o teto de gastos - mecanismo que desde 2017 atrela o crescimento dos gastos à inflação.

Segundo as projeções do governo, com o novo arcabouço as despesas deverão crescer sempre menos do que as receitas. Assim, a trajetória prevista pelo governo é de um superávit de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025. No último ano do governo Lula, em 2026, a meta que consta no projeto é de um resultado no azul de 1% do PIB.

O projeto foi aprovado ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante reunião, no Palácio do Alvorada, que contou com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a ministra de Gestão e Orçamento, Esther Dweck, o líder do governo na Câmara, José Guimarães, a secretária executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, e a presidente



Lula comanda reunião no Palácio do Alvorada sobre nova âncora fiscal; texto segue para o Congresso

do PT, Gleisi Hoffmann.

Integrantes da equipe econômica disseram ao **Estadão** que o arcabouço terá essa regra de controle de gastos (que limita o crescimento das despesas a 70% do avanço das receitas) combinada com uma meta de superávit primário das contas públicas (quando as contas fecham no azul), que terá uma espécie de banda de flutuação, ou seja, um intervalo.

Dessa forma, quanto maior o crescimento do PIB e da arrecadação, mais espaço o governo terá em tese para gas-

tar. O projeto terá mecanismos de ajuste, chamados de "gatilhos", caso a trajetória prevista não seja alcançada: o crescimento da despesa cairá de 70% para 50% do avanço das receitas no ano seguinte.

"Se esse resultado não for cumprido, haverá penalidade, porque se você crescer a despesa além disso, por uma razão de frustração de receitas, por exemplo, você tem uma penalidade de que no exercício seguinte essa despesa só poderá crescer 50%, e não mais 70%", disse o deputado federal Mau-

Os números buscados

70% do avanço das receitas do governo seria o limite para o avanço das despesas

0,5% de superávit do PIB em 2025 é a trajetória prevista pelo governo

1% do PIB de superávit em 2026, último ano do atual mandato de Lula, é a meta considerada

ro Benevides (PDT-CE).

Por outro lado, haverá um instrumento que impedirá aumento de gastos mais acelerado quando houver expansão significativa na arrecadação.

DISPUTA INTERNA. A meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024, aprovada pelo presidente Lula na reunião, foi defendida pelos ministros da área econômica. Uma ala do governo queria um ajuste mais gradual com o fim do rombo somente em 2025.

Por fim, a velocidade do ajuste foi um meio-termo entre o que o mercado financeiro esperava e o que a ala política desejava, como chegou a comentar a ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Com o martelo batido pelo presidente, o ministro da Fazenda começou ontem mesmo a buscar apoio para a aprovação do projeto no Congresso. Ele saiu da reunião com Lula e foi direto para a residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), onde apresentou o texto a lideranças partidárias na Casa.

Hoje pela manhã, ele tem reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e líderes da Casa. Na sequência, a previsão é de que Haddad detalhe o projeto em entrevista coletiva. ● COLABORA RAM IANDEY PORCELLA E GIORDANNA NEVES

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1